


O Partido Comunista do Brasil (PCB) e a Estratégia da Revolução Nacional Libertadora (1922 – 1938):

uma tentativa de reversão democrática da revolução passiva no Brasil

The Communist Party of Brazil (PCB) and the Strategy of the National Liberating Revolution (1922 – 1938): an attempt at democratic reversal of the passive revolution in Brazil



ANDRETO, Lucas Alexandre *

 <https://orcid.org/0000-0003-2552-6052>

RESUMO: O presente artigo pretende expor criticamente as formulações teóricas do Partido Comunista do Brasil (PCB) sobre a estratégia e tática da revolução brasileira, desde o seu surgimento em 1922 até o ano de 1938. Amadurecida durante o período da modernização capitalista no Brasil, nosso artigo também busca demonstrar que o PCB elaborou um projeto político de povo/nação que indicava um caminho de modernização democrática, encontrando no bloco histórico das classes subalternas o fundamento substancial para executar uma reversão popular e democrática para a revolução burguesa brasileira, que, ao final, foi forjada pela burguesia ao modo de uma revolução passiva, ou seja, por uma revolução restauração. A classe dominante se reorganizou por meio de um Estado desenvolvimentista que incorporou parcialmente os interesses das classes subalternas ao mesmo tempo que preservou seus próprios interesses de classe, recompondo sua dominação.

PALAVRAS-CHAVE: Partido Comunista do Brasil (PCB); Revolução Brasileira; Marxismo Brasileiro.

ABSTRACT: This article aims to critically expose the theoretical formulations of the Communist Party of Brazil (PCB) on the strategy and tactics of the Brazilian revolution, from its emergence in 1922 to 1938. Matured during the period of capitalist modernization in Brazil, our article also seeks to demonstrate that the CPB elaborated a political project of the people/nation that indicated a path of democratic modernization, finding in the historical bloc of the subaltern classes the substantial foundation to execute a popular and democratic reversion to the Brazilian bourgeois revolution, which, in the end, It was forged by the bourgeoisie in the manner of a passive revolution, i.e., by a restoration revolution. The ruling class reorganized itself through a developmental state that partially incorporated the interests of the subordinate classes while preserving its own class interests, thus reconstituting its domination.

KEYWORDS: Communist Party of Brazil (PCB); Brazilian Revolution; Brazilian Marxism.

*Recebido em: 17/07/2024
Aprovado em: 22/10/2024*

* Mestre pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Assis (SP), doutorando pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, campus de Marília (SP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: andreto.lucas@gmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2021/05164-8.



Introdução

O século XX foi um período de rápidas e intensas transformações na sociedade humana. Seu início fez parte do período da Segunda Revolução Industrial, em que as novas descobertas científicas possibilitaram o uso da energia elétrica e dos derivados do petróleo, o avanço das indústrias metalúrgica, siderúrgica e outras, o surgimento das empresas transnacionais e uma intensa corrida produtiva da indústria bélica dos países economicamente mais desenvolvidos, que em 1914 teria seus produtos utilizados na carnificina da Primeira Guerra Mundial. O avanço das forças produtivas do capitalismo, materializadas nos imensos complexos fabris, se manifestavam no cotidiano de todas as classes sociais sob a forma de uma “imensa quantidade de mercadorias”, recém surgidas e altamente transformadoras da vida dos seres humanos: o telégrafo, o telefone, a expansão do complexo ferroviário, os carros, navios, aviões, a iluminação elétrica, a fotografia, o cinema, o rádio (Hobsbawm, 1995). Todo esse vertiginoso desenvolvimento necessitava de matérias-primas insuficientes ou ausentes nos países mais industrializados do planeta – notadamente Estados Unidos da América, Inglaterra e França – o que os levou a buscá-las, por meio do domínio neocolonial, nos países africanos e asiáticos, submetendo seus povos a um violento regime de exploração. Surgia a etapa superior do capitalismo, que Lênin chamou de imperialismo e sua consequente “partilha do mundo” entre os países imperialistas (Lênin, 2012).

O Brasil, por sua vez, terminava o século XIX como o último país das Américas a abolir (formalmente) as relações escravistas de trabalho e o último país da América Latina a proclamar uma República. O país era dragado pela lógica de expansão do capitalismo, inserindo-se na divisão internacional do trabalho como um país subalterno, afundado em dívidas com os países europeus, principalmente a Inglaterra, que ao mesmo tempo, lhe financiava o setor ferroviário, portuário, energia elétrica, equipamentos, mineração e outros. Todos os ramos de investimento dos países europeus no Brasil tendiam a complementar e dar suporte a um modelo agroexportador de economia. Em outras palavras, o lugar que cabia à recém-nascida República Brasileira no mundo moderno era fornecer produtos de primeira necessidade a preço baixo e importar mercadorias manufaturadas a alto custo (Arruda, 2012, p. 139-148).

Não obstante, no período que em nossa história convencionou-se chamar de Primeira República, ocorreu também o desenvolvimento inicial da indústria brasileira, que encontrava

como capital de fundação, sobretudo, o excedente de lucros do setor agroexportador (Silva, 1985, p. 78-79). Com o avanço da indústria, também as cidades cresciam e se transformavam significativamente com o surgimento de novos bairros operários e a transformação “modernizadora” de bairros antigos. O processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil contava com a ajuda do poder do Estado para a modificação do espaço urbano em favor das classes dominantes, como foi o caso da reforma urbana de 1906 no Rio de Janeiro, expropriando a moradia da população pobre dos bairros antigos e reprimindo a sangue sua revolta em razão da construção da atual Avenida Rio Branco². Em meio a esse processo, crescia também a classe operária, e o movimento operário brasileiro logo se mostrou como uma força organizada por meio dos sindicatos, cooperativas, ligas de ajuda mútua e pela fundação de partidos operários³.

A acumulação de contradições geradas pela modernização capitalista passou a manifestar-se com maior força a partir da segunda metade da década de 1910, com a greve geral de 1917 e, posteriormente, na década de 1920 com as revoltas tenentistas, a Coluna Prestes e o surgimento de uma variedade de partidos políticos, e prosseguiu na década seguinte, após a Revolução de 1930 e a mal chamada “Revolução” Constitucionalista de 1932⁴, com a fundação da Ação Integralista Brasileira, do Partido Socialista Brasileiro e do Partido Constitucionalista (fusão do Partido Republicano Paulista, que governou a Primeira República, com o Partido Democrático de São Paulo). Sob o terreno da crise econômica do café amadurecia também uma “crise de hegemonia” (Fausto, 1997) nas classes dominantes brasileiras, criando situação propícia para que toda a sorte de demandas sociais emergisse como uma abundância notável de projetos político-sociais que disputaram fervorosamente os rumos que o Brasil deveria tomar como sociedade no novo século.

Dentre estes, possivelmente a iniciativa de maior alcance temporal e significativo impacto político no Brasil do século passado tenha sido o Partido Comunista do Brasil (PCB):

² Para uma abordagem crítica e pormenorizada do processo de reforma urbana no Rio de Janeiro, conferir o livro *Revolta da Vacina: mentes insanas e corpos rebeldes*, de Nicolau Sevcenko (Cf. Sevcenko, 1983).

³ O brasileiro John Foster Dulles escreveu obra expondo cronologicamente e com riqueza de informações os anos de formação do movimento operário brasileiro. (Cf. Dulles, 1977).

⁴ Apesar de comumente chamada de Revolução Constitucionalista, o mencionado evento histórico foi uma reação da burguesia paulista contra o seu alijamento do poder pelo golpe de Estado que levou ao governo a Aliança Liberal, em 1930. Como demonstrou Francisco Quartim de Moraes, a reconstitucionalização do país já estava em andamento antes do início do conflito armado, com a promulgação do Código Eleitoral e a definição de data para a Assembleia Constituinte. Assim, a dita “revolução” foi uma nova tentativa de golpe de Estado para que a burguesia paulista recuperasse sua hegemonia política (Cf. Moraes, 2018, p. 140-142).

Seção Brasileira da Internacional Comunista. É bastante provável que o PCB, durante o período que vai da década de 1930 até a década de 1970 – mesmo período em que se realiza e completa no Brasil uma revolução burguesa ao modo do que Antônio Gramsci chamou de “revolução passiva”⁵ – tenha exercido uma “hegemonia” no campo da esquerda em sentido gramsciano (Del Roio, 2012). O PCB nasceu da confluência das contradições do movimento operário brasileiro – até então dividido entre o anarquismo e o socialismo – e a iniciativa dos revolucionários russos de fundar uma Terceira Internacional dos trabalhadores, que deveria contar com ramificações nacionais em cada país do mundo. Detentor de um novo método de organização, uma teoria guia para a interpretação (científica) da realidade e respaldado em um vasto movimento revolucionário internacional que tinha como núcleo a Rússia Soviética, o PCB aparecia em 1922 como uma novidade política no Brasil. Foi o primeiro partido brasileiro de caráter nacional e também uma resposta apresentada para os problemas e limitações do movimento operário brasileiro que acabava de sofrer uma derrota histórica depois de um período de ascensão das lutas, entre 1917 e 1921 (Sodré, 1984).

A fundamentação das ações dos comunistas em um método científico, o marxismo, fazia dos partidos comunistas um grande atrativo, principalmente para os intelectuais que se solidarizavam com as lutas e reivindicações dos operários e foi uma característica determinante para que surgisse de dentro do PCB um projeto político de povo/nação para o Brasil, ou ainda, um “programa”, isto é, uma plataforma de ações estratégicas para um Brasil revolucionário. O desenvolvimento desse projeto político foi o que se chamou de “teoria da revolução brasileira”, composta por uma estratégia e uma tática da revolução socialista a ser posta em prática no Brasil.

Octávio Brandão, Astrojildo Pereira e as origens da teoria da revolução brasileira

⁵ A “revolução passiva” é um processo no qual a força organizada das classes subalternas é insuficiente para instaurar uma nova ordem, mas forte o suficiente para funcionar como elemento de pressão sobre as classes dominantes, obrigando-as a fazer concessões aos seus interesses na medida em que recompõe um bloco de poder para permanecer dominando. A Revolução Passiva é uma revolução reflexa, pressupõe um impacto externo. O exemplo usado por Gramsci é o *Risorgimento* italiano como reflexo da Revolução Francesa. O impacto da Revolução Francesa na Península Itálica e no conjunto de manifestações populares pressionaram as classes dominantes, obrigando-as a se reorganizar e restaurar seu poder por meio de concessões as classes subalternas e cooptando entre elas lideranças intelectuais e políticas (Gramsci, 2002). A pertinência do conceito gramsciano para a análise do desenvolvimento histórico brasileiro foi demonstrado por Marcos Del Roio em seu texto *A particularidade da revolução passiva no Brasil*, do qual compartilhamos suas conclusões gerais ao longo de nosso texto sobre como a revolução burguesa no Brasil se realizou na forma de uma revolução passiva (Cf. Del Roio, 2018).

Foi neste contexto que o PCB encontrou a tarefa de elaborar uma teoria de revolução para o Brasil. O primeiro intelectual orgânico do PCB a escrever sobre o tema foi Octávio Brandão, em 1924, em livro que seria publicado apenas em 1926, *Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*. Escrito no calor da hora da retirada dos tenentistas da cidade de São Paulo, depois de um mês ocupando-a militarmente e em conflito com as tropas governamentais, o livro de Brandão analisou a revolta liderada por Isidoro Dias Lopes como um núcleo adequado para elucidar todo o processo de desenvolvimento que explicaria a luta de classes no Brasil.

Brandão preocupou-se em estudar a formação econômico-social brasileira e, pela sua pena, aparece pela primeira vez nas análises do PCB a caracterização do Brasil como um país de economia “agrária e semifeudal”, vigorando de maneira hegemônica o latifúndio, isto é, a grande propriedade agrária constituída por quatro séculos de história. Os latifundiários eram classificados, por meio de uma analogia, como verdadeiros “senhores feudais” e os colonos das fazendas de café como “servos”. Entretanto, para Brandão “essa oligarquia agrária vive entrançada com a oligarquia financeira” (Brandão, 2006, p. 33) que financiava a produção nas fazendas e constituía laços familiares que eram determinantes para que estas duas classes pudessem se apossar também dos altos cargos estatais e fazer uma política que lhes fosse conveniente. Contudo, a Primeira Guerra Mundial teria sido um ponto de inflexão neste quadro, pois a burguesia inglesa era a principal associada e financiadora da oligarquia agrária brasileira e, a partir do momento que ela teve de colocar seu foco no campo de batalha, abriu espaço para que os Estados Unidos da América, potência em ascensão, passasse a multiplicar seus negócios e investimentos em terras brasileiras. Com o final da Guerra, a Inglaterra teria se encontrado em uma disputa cada vez mais difícil com os EUA pelo controle dos mercados brasileiros. Assim, o principal da tese de Octávio Brandão era que

A luta pela supremacia no mercado brasileiro lança as burguesias inglesa e norte-americana numa guerra mortal. A Inglaterra apoia o presidente Bernardes, isto é, fazendeiro de café, agrário retrógrado. A América do Norte, direta ou indiretamente apoia os revoltosos, isto é, a pequena-burguesia, atrás da qual, mais cedo ou mais tarde, agirá a grande burguesia industrial (Brandão, 2006, p. 103).

A batalha entre agrários e industriais, cada um apoiado por um país imperialista, era, portanto, o ponto determinante da luta de classes no Brasil e abria as perspectivas da

revolução brasileira. De imediato, Brandão não caracteriza que tipo de revolução seria esta, se democrático-burguesa ou socialista. Quanto ao sujeito histórico que deveria realizá-la, apesar de levar em conta a formação do proletariado brasileiro e defini-lo como herdeiro das lutas emancipatórias dos escravizados, indígenas e trabalhadores rurais, aponta como sujeito social transformador, pelo menos de início, a pequena-burguesia. Apenas depois de iniciada a revolução brasileira pelas mãos da pequena-burguesia é que o proletariado cumpriria seu papel histórico realizando a fase final da revolução.

A teoria de Brandão é replicada quase integralmente nas teses e resoluções do II Congresso do PCB, ocorrido no Rio de Janeiro em maio de 1925, tornando-se dessa maneira, uma espécie de teoria oficial pela qual deveria se guiar o Partido (II CONGRESSO-PCB, 1925). Apenas em 1928 que as teses de Brandão ganharam novo aprofundamento, com a publicação de seu artigo *O Proletariado perante a Revolução Democrática Pequeno-burguesa*, publicado na revista de discussão interna do PCB, *Autocrítica*, que servia como uma espécie de tribuna de debates para o III Congresso do Partido. Estando de acordo com as formulações já elaboradas sobre a formação econômico-social do Brasil e as classes em luta, o texto focaliza na estratégia e tática da revolução. A pequena-burguesia aparece de maneira mais evidente como a disparadora do processo revolucionário brasileiro, estando fora de cogitação a conquista imediata do poder pelo proletariado. Apenas durante o processo da revolução “pequeno-burguesa” é que o proletariado se fortaleceria e se formaria como classe consciente de seu papel histórico para então tomar as rédeas do processo e transformar a revolução democrática em revolução socialista.

De tal sorte, a revolução no Brasil exigiria do partido do proletariado, o PCB, uma série de alianças e acordos conjunturais. Em primeiro momento, deveria unir-se aos “revoltosos pequeno-burgueses”, ou seja, os tenentistas, e com a grande burguesia liberal para a derrubada do Partido Republicano Paulista, a dominação dos fazendeiros e colocando fim no que Brandão chama de “Estado Agrário”. Depois, o proletariado urbano e rural – sempre tendo como partido de classe o PCB – deveria juntar-se com a pequena-burguesia e voltar suas armas contra a burguesia brasileira, associada ao imperialismo norte-americano para avançar no processo revolucionário e eliminar o que Brandão classifica como “restos do feudalismo” nas relações sociais de trabalho e produção no Brasil. Por fim, a última etapa da revolução seria a aliança do proletariado urbano e rural com a “fração verdadeiramente

revolucionária dos pequeno-burgueses” para estabelecer a República Proletária (Brandão, 1928, p. 14)⁶.

Independente disso, as teses de Octávio Brandão sobre a revolução brasileira logo passaram a ser questionadas, primeiro pelo Secretário Geral do PCB, Astrojildo Pereira e, logo depois, pelo movimento comunista internacional e encontraram pouca adesão nas teses do III Congresso do PCB, que ocorreu na passagem do ano de 1928 para 1929.

Astrojildo Pereira encontrava no desenvolvimento capitalista brasileiro um processo de industrialização geral que não era restrito as cidades, mas avançava também na produção rural. As fazendas brasileiras passavam a usar em sua produção a energia elétrica, a irrigação das plantações com uso de maquinário, implantavam instalações telefônicas, estabeleciam rotas diretas com as vias férreas para escoamento de produção, construíam residências para os trabalhadores rurais e escritórios para os proprietários, contratavam administradores e complementavam seu complexo produtivo com oficinas, depósitos, fornos de tijolos, serrarias, instalações de rádio etc. Enfim, para Astrojildo esse fenômeno jogava por terra a tese de “agrários versus industriais”. Além disso, também ia em contradição com essa tese o fato de que “[...] são os mesmos grandes fazendeiros e proprietários de terras [...] que se transferem para as cidades e ali intervêm nas indústrias” (Pereira, 1928a). No que diz respeito a estratégia e tática da revolução brasileira, Astrojildo, por seu contato mais próximo com a Internacional Comunista, parece ter logo internalizado o caráter da revolução brasileira como “democrático-burguês” e definido que sua força motriz era o proletariado, que deveria “colocar-se a frente das massas procurando conquistar [...] a hegemonia de todo o movimento”. O ponto mais próximo das teses de Brandão, é a permanência da pequena-burguesia como principal aliada do proletariado no processo revolucionário, mas não mais como força motriz disparadora da revolução (Pereira, 1928b, p. 15).

O III Congresso do PCB, apesar de afirmar que o desenrolar dos acontecimentos teriam comprovado as teses do II Congresso, caminhou em suas novas teses e resoluções mais de acordo com as elaborações de Astrojildo Pereira do que as de Octávio Brandão.

⁶ Por muito tempo as teorias de “agrarismo e industrialismo” e de “revolução democrático-pequeno-burguesa” de Brandão compareceram na historiografia de maneira polêmica, ainda que a tendência geral tenha sido a crítica por seu esquematismo, como se apresenta, por exemplo, em *A Derrota da Dialética*, de Leandro Konder (Konder, 1988, p. 144-149). Há, contudo, aqueles que identificaram nestes escritos a raiz de um marxismo “nacional”, autenticamente brasileiro e original, como Michel Zaidan (Zaidan, 1985) e autores que destacaram que o livro de Brandão, com todas as suas limitações, foi a melhor análise de conjuntura do Brasil nos anos 1920 no contexto em que foi lançado e permaneceu nessa posição por, pelo menos, quase uma década.

Principalmente no que se refere a formação das classes sociais no Brasil e seu papel na revolução brasileira, era reconhecido que a burguesia agrária – é usado este termo, e não “senhores feudais” – havia se aliado com a burguesia industrial e ambas estavam associadas ao imperialismo, tanto inglês quanto americano, contra a classe operária e a parcela revolucionária da pequena-burguesia. Assim, a burguesia industrial era retirada do arco de alianças possíveis para a classe trabalhadora na primeira etapa da revolução e esse papel era transportado para a pequena-burguesia, representada especificamente pela Coluna Prestes. A classe operária era colocada definitivamente como vanguarda e dirigente do movimento revolucionário e o caráter da revolução brasileira, apesar de não explicitado, é mencionado como “revolução democrática, agrária e anti-imperialista”, fazendo cair por terra a proposta de Brandão de “revolução democrática pequeno-burguesa” (III CONGRESSO-PCB, 1928-1929).

A grande ausência nas teses do III Congresso do PCB é a do papel do campesinato, ou se preferirmos, dos trabalhadores rurais, na revolução brasileira. Não há muitas alusões a uma aliança operária e camponesa e um capítulo específico sobre o assunto, tudo que o PCB diz é que a questão camponesa não foi examinada com a devida atenção e que, por ser muito difícil e complexa, deveria o Comitê Central encarregar-se de elaborar um estudo pormenorizado sobre os camponeses a fim de criar uma comissão especial para guiar o trabalho de inserção dos comunistas entre os trabalhadores do campo (III CONGRESSO-PCB, 1928-1929, p. 14). Evidentemente, a debilidade das teses do PCB a esse respeito expressava sua quase completa ausência de atuação fora dos grandes centros urbanos.

A guinada política da Internacional Comunista e a revolução operária e camponesa nos países coloniais e semicoloniais.

As análises dos primeiros intelectuais orgânicos do PCB, que configuraram seu primeiro grupo dirigente, não puderam encontrar desenvolvimento no adentrar dos anos 1930, pois entre 1929 e 1931 a Internacional Comunista operou um giro em sua linha política que recaiu sobre o PCB na forma de uma feroz crítica aos seus intelectuais, a como o grupo dirigente estava guiando o Partido, ao conteúdo das elaborações sobre a estratégia e tática da revolução brasileira e, por fim, como uma política de expurgo do primeiro grupo dirigente. Astrojildo Pereira seria expulso do Partido em 1932 e Octávio Brandão, obrigado pela

perseguição policial a exilar-se na União Soviética, caiu no ocaso como intelectual e jamais voltou a ocupar a posição que teve no início dos anos 1920 como “principal teórico do PCB”⁷.

A Internacional Comunista identificava corretamente, sob os pressupostos teóricos do marxismo-leninismo, que Brandão confundia o caráter da revolução com suas forças motrizes. Assim, por considerar que a pequena-burguesia era a força motriz da revolução brasileira, Brandão atribuiu a ela o caráter de “pequeno-burguesa”, um conceito estranho ao marxismo. As tarefas que Brandão afirmava que a revolução brasileira tinha de realizar, como a reforma agrária, a estatização das grandes indústrias, o desenvolvimento industrial do Brasil etc. eram tarefas típicas de uma revolução-burguesa. Tampouco, para o marxismo da III Internacional, seria cabível a pequena-burguesia ser a força motriz de um processo revolucionário, visto seu caráter subjetivo de classe vacilante⁸.

Para a IC, a revolução brasileira era de caráter democrático-burguesa e sua força motriz era a classe operária em aliança com o campesinato. Esta revolução deveria ser feita por meio da insurreição organizada pelo Partido Comunista e daria fruto a um Estado cujo governo era caracterizado como “ditadura democrática do operariado e do campesinato”. É necessário, contudo, salientar que a IC adicionava que a revolução democrático-burguesa nos países coloniais e semicoloniais, como era o caso do Brasil, teria também a particularidade de ter um

⁷ O X Pleno do Comitê Executivo da Internacional Comunista (CE-IC), ocorrido em julho de 1929, fez análise dos casos em que governos social-democratas da Europa reprimiram sanguinariamente o movimento operário e declarou que a social-democracia e o fascismo teriam os mesmos objetivos, de maneira que apenas se diferenciavam pelas palavras de ordem e, parcialmente, pelos métodos, definindo que a social-democracia havia se transformado em “social-fascismo”. Este diagnóstico criou a tática no movimento comunista que foi chamada de “classe contra classe”, isto é, uma política de independência partidária sem qualquer colaboração com os chamados “inimigos de classe e seus agentes”, tal como passaram a ser considerados a social-democracia e os democratas liberais (Hajek, 1977, p. 31). No caso do PCB, as resoluções do X Pleno da CE-IC levaram ao distanciamento das relações com os tenentistas, Luiz Carlos Prestes e qualquer outra política de aliança com aqueles considerados representantes da pequena-burguesia, como era o caso da frente eleitoral organizada pelo PCB, o Bloco Operário e Camponês (Carone, 1989, p. 288). Astrojildo Pereira e Octávio Brandão foram considerados os principais responsáveis por elaborar uma estratégia que levou o PCB a reboque da pequena-burguesia, ou seja, do tenentismo e particularmente da Coluna Prestes. Principalmente Brandão estaria equivocado por dizer que haveria uma revolução pequeno-burguesa no Brasil.

⁸ Os equívocos em termos de conceitos e terminologia marxista de Octávio Brandão decorrem muito da fraca formação teórica dos comunistas. Leôncio Basbaum menciona em suas memórias que apesar do grande esforço dos comunistas para definir o caminho da revolução brasileira, não conseguiam compreender muito bem os textos orientadores da Internacional Comunista, principalmente porque não conseguiam entender “como e por que deveria o proletariado fazer uma revolução burguesa?” (Basbaum, 1976, p. 54). Hoje há notáveis trabalhos que tratam da difícil difusão do marxismo no Brasil nos princípios do século XX e da escassez de livros de Marx, Engels e Lênin naquele período, fazendo com que a formação teórica dos comunistas exigisse um grande esforço de conquista do acesso aos livros, traduções e capacidade de interpretação, como por exemplo, *A Derrota da Dialética* de Leandro Konder (Konder, 1988) e, mais recentemente, *A Batalha dos Livros*, de Lincoln Secco (Secco, 2017).

conteúdo “nacional libertador”, anti-imperialista. Assim, consta nas teses e resoluções do VI Congresso da IC

A revolução democrático-burguesa nas colônias se distingue principalmente da revolução democrático-burguesa de um país independente pelo fato de que *está organicamente vinculada com a luta de libertação nacional* [grifo nosso] contra a escravização por parte dos imperialistas (VI CONGRESSO, 1977, p. 207). [tradução nossa].

Portanto, o conteúdo nacional libertador da revolução democrático-burguesa no Brasil levava ao resultado de que seus principais objetivos seriam o combate à dominação imperialista e ao monopólio da terra pelos latifundiários, por isso a referência a esta revolução, por muitas vezes, como “agrária e anti-imperialista”. De toda maneira, a consequência prática mais notável da viragem política nas táticas da Internacional Comunista na política de alianças do PCB foi o seu grande estreitamento e um anti-intelectualismo amalgamado com a idolatria a uma imagem idealista do operário de fábrica, fenômeno este que Leôncio Basbaum chamou de “obreirismo” (Basbaum, 1976, p. 94).

Em 1934 a teoria da IC foi aplicada para o Brasil com a I Conferência Nacional do PCB. Nas resoluções desta, os principais inimigos da revolução brasileira continuavam sendo os capitalistas estrangeiros, mas compareceu com maior tenacidade a classificação de “feudais” para os grandes latifundiários brasileiros. Assim, o regime de dominação de classe no Brasil seria hegemonizado por um bloco “feudal-burguês”. O *Manifesto* da Conferência definia como forças motrizes da revolução brasileira a classe operária em aliança com o campesinato e condenava como “inimigos de classe” e “chefes traidores que procuram introduzir ideologias estranhas, das classes inimigas, no seio do proletariado” os políticos trabalhistas, socialistas do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e os tenentistas de esquerda (I CONFERÊNCIA-PCB, 1982, p. 2).

O caráter da revolução, evidentemente, continuava sendo “democrático-burguesa”, realizada por uma insurreição de massas que instauraria um “Governo Operário e Camponês” que seria uma “ditadura democrática baseada nos conselhos de operários, camponeses, soldados e marinheiros”. As tarefas deste Governo Operário e Camponês solidificaram, pela primeira vez, de maneira mais sistemática um “programa” político para a revolução brasileira, isto é, uma lista de objetivos a serem realizados que configuravam um projeto de povo/nação

para o Brasil. Tratava-se da reforma agrária por meio da expropriação dos latifundiários sem indenização e entrega das terras para os camponeses, a coletivização dos estoques de produtos açambarcados pelas grandes empresas, uma reforma urbana com realocação das massas populares para as melhores habitações das cidade e dos campos por meio do confisco das habitações dos grandes proprietários, o não pagamento das dívidas externas adquiridas com países imperialistas e, por fim, o direito de separação das nacionalidades oprimidas (negros e indígenas) e plena garantia de direitos para elas (I CONFERÊNCIA-PCB, 1982, p. 7).

Esta Conferência marca o momento decisivo em que ocorreu a síntese no movimento comunista brasileiro do stalinismo da III Internacional com esquerda militar que viu neste instrumental prático-teórico a maneira adequada de radicalizar suas esperanças contidas na originária convicção positivista proveniente da escola militar de criar uma ordem social fraterna, culta e orientada pela ciência. Forjou-se uma cultura política⁹ particular na esquerda brasileira que seria predominante por todo o século XX (Del Roio, 2007, p. 88).

A política de frente popular e a possibilidade de reversão democrática da revolução burguesa no Brasil

Contudo, a I Conferência Nacional do PCB mais ratificou a linha que o Partido vinha seguindo até aquele momento do que serviu de orientação para os tempos seguintes. Justamente nos meses que se seguiram, os comunistas foram, aos poucos, mudando a tática no sentido de estabelecer alianças mais amplas, retomando coalizões com os tenentistas e socialistas em torno de pautas de interesses imediatos da classe trabalhadora, assim como iniciativas de princípio anti-imperialista e, principalmente, antifascista (Carone, 1991, p. 183). O PCB estava adiantando no Brasil o rumo que seguiria também a Internacional Comunista. Como uma resposta a ascensão do nazismo na Alemanha, a IC retomou diálogo com a social-democracia europeia e, em seu VII Congresso, definiu sua nova tática como a da “Frente Popular”, expressada principalmente no informe do novo Secretário-Geral do Komintern, Georg Dimitrov (Dimitrov, 1935)¹⁰.

⁹ Aqui, seguimos a definição de “cultura política” nos termos do trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta, isto é, “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, expressando identidade coletiva e fornecendo leituras comuns do passado, assim como inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (Motta, 2013, p. 17-18).

¹⁰ Georg Mikhailov Dimitrov foi um revolucionário comunista búlgaro, líder da insurreição búlgara em 1923. Alcançou fama mundial por ter provado a própria inocência contra a acusação de ter incendiado o Reichstag em

O principal resultado dessa mudança de postura foi a fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma frente popular de massas constituída, em sua direção, por comunistas, socialistas, tenentistas de esquerda e democratas liberais. Apesar de ter participado dos eventos de fundação da ANL, o PCB, de início, não admitiu fazer parte dela, mas apenas apoiá-la. Entretanto, Luiz Carlos Prestes, que havia recentemente aderido ao PCB, foi eleito presidente de honra da ANL e os comunistas aumentaram a importância que davam a política de frente popular, declarando que a ANL deveria ser a principal ferramenta para “mobilização de grandes massas populares, sob a direção do proletariado e em aliança com os camponeses, para arrancar do poder os senhores de terras, burgueses e imperialistas e para a instalação de um Governo Popular Nacional Revolucionário” (Vianna, 1995, p. 47-48).

O programa da ANL nucleava-se em três eixos de negação e um propositivo: o anti-imperialismo, o antifascismo, o antifeudalismo (entendido como combate ao latifúndio e a dominação política dos senhores de terras, chamados de “feudais” pelo PCB) e a construção do “Governo Popular Nacional Revolucionário”. O *Manifesto-programa* de março de 1935 enfatiza a luta anti-imperialista e antifeudal, denunciando a dominação das potências estrangeiras sobre o Brasil por meio da dívida do Estado brasileiro com os países estrangeiros. Segundo o documento

Os juros pagos pelo Brasil a seus credores já se elevam a mais do dobro da importância que ele recebera como empréstimo. Os lucros fabulosos das companhias imperialistas já ultrapassam, de muito, o capital por elas investido. E, entretanto, continua o país com uma fabulosa “dívida” externa; continuam os capitalistas estrangeiros a dominar nossas fontes de energia e nossos meios de comunicação – numa palavra – todas as partes fundamentais e básicas da economia moderna (Vianna, 1995, p. 282).

Também seria elemento vital para a exploração do Brasil pelos países imperialistas as remessas de lucros das empresas estrangeiras para seus países de origem, pois tinha-se a compreensão que se esta riqueza permanecesse no Brasil, poderia ser investida no desenvolvimento econômico e social interno, principalmente no desenvolvimento da indústria nacional e da universalização de serviços públicos para os trabalhadores, como saúde e educação gratuitas. Como decorrência lógica desta análise feita pela ANL – a mesma

um tribunal nazista. A partir de 1934 se tornou secretário-geral da Internacional Comunista e presidiu o VII Congresso em 1935, ocasião em que formulou a tática da Frente Popular contra o fascismo (Willard, 1968).

feita pelo PCB – decorria que as principais reivindicações para combater a dominação imperialista seria o “cancelamento das dívidas imperialistas” e a “nacionalização das empresas imperialistas”.

O imperialismo era compreendido como associado ao “feudalismo”, ou seja, a concentração de terra por um número diminuto de proprietários rurais, fazendo uso de relações sociais de trabalho e retirada de excedente (mais-valia) que passavam por formas análogas aquelas usadas em relações não capitalistas, como a prisão do trabalhador à terra por meio de dívidas contraídas com o latifundiário, o pagamento de parte da produção da área cultivada pelo trabalhador para o patrão e formas de dominação estruturadas pela relação pessoal entre o trabalhador rural e o dono da propriedade agrária. Estas formas de exploração sobre a força de trabalho interessavam ao imperialismo, pois permitiam as empresas estrangeiras se servir de lucros obtidos por “mão de obra por preço vil”. Assim,

[...] o feudalismo, após a libertação dos escravos, não se teria certamente mantido, como não se manteve nos Estados Unidos, após o triunfo dos abolicionistas, se não fosse o auxílio poderoso do capital financeiro imperialista. [...] O imperialismo, dominando o país, explorou-o, para seu único proveito: reduziu-o a um simples fornecedor de matérias primas, deixando inexploradas as nossas minas de ferro, níquel etc. as nossas maiores fontes de riquezas. O imperialismo impediu, como ainda impede, o desenvolvimento da metalurgia, da indústria pesada, de tudo, enfim, que possa fazer concorrência à sua própria produção (Vianna, 1995, p. 283).

No *Manifesto de 5 de Julho* de Luiz Carlos Prestes esta reivindicação do programa nacional libertador é complementada, explicando que deveria ocorrer a “distribuição à população pobre, camponesa e operária, das terras e utilização das aguadas, tomadas sem indenização aos imperialistas, aos grandes proprietários mais reacionários e aos elementos reacionários da Igreja que lutam contra a libertação do Brasil e a emancipação do povo” (Vianna, 1995, p. 328-329). Ainda sobre a reforma agrária, merece destaque a inclusão do ponto de “devolução das terras arrebatadas pela violência, aos índios” (Vianna, 1995, p. 329). Tratava-se, desta maneira, de uma reforma agrária caracterizada pelo parcelamento das grandes propriedades rurais em pequenas propriedades familiares e no estabelecimento de propriedades comunais para as aldeias indígenas.

Embora não esteja explicitamente presente no programa da ANL, é evidente pelo conteúdo de seus textos que há um objetivo de intensiva industrialização do Brasil, com prioridade para os setores metalúrgico e militar. Isso é subentendido principalmente nos

textos que criticam o imperialismo por impedir o desenvolvimento econômico brasileiro, ao não promover a exploração do ferro e do níquel por meio de suas empresas. O objetivo do imperialismo seria o impedimento do “desenvolvimento da metalurgia e outras áreas industriais que poderiam fazer concorrência aos países imperialistas no mercado internacional” (Vianna, 1995, p. 283).

O manifesto de Prestes fez aparecer pela primeira vez no programa da ANL pautas certamente provenientes das discussões internas no movimento comunista internacional, como “a mais completa liberdade religiosa e separação da Igreja do Estado”, o incentivo econômico à pequena propriedade privada, o apelo a participação política ativa das mulheres na vida nacional e a “completa liquidação de quaisquer diferenças ou privilégios de raça, cor ou nacionalidade”. Prestes, que elaborou seu discurso de 5 de julho conjuntamente com os líderes comunistas internacionais Rodolfo Ghioldi e Arthur Ewert, inseriu também no programa aliancista todo um conjunto de reivindicações trabalhistas, como “jornada máxima de oito horas, seguro social (aposentadoria etc), aumento de salários, salário igual para trabalho igual, garantia de salário-mínimo”.

Em outros documentos, direcionados especificamente para o Exército e, em sua maioria, elaborados por Luiz Carlos Prestes, retornava o tema da industrialização do Brasil por meio do objetivo de um complexo industrial militar e a defesa da “construção de uma indústria bélica para armar e equipar o exército”. O Exército brasileiro é ponto importante do projeto político de nação delineado pelo PCB e expressado por meio da ANL, pois comparece como elemento basilar para uma política de soberania nacional, devendo conter, pelo menos, 200 mil homens. Comparece como objetivo de um governo nacional libertador criar um exército “político, popular e anti-imperialista”, que fosse “ponte do povo em armas para combater o imperialismo” (Vianna, 1995, p. 299). Para tanto, a ANL buscava internalizar em seu programa as reivindicações e demandas históricas dos soldados e membros de baixa patente do Exército Brasileiro, como por exemplo, a igualdade de vencimentos dos oficiais da polícia e os oficiais do Exército, a modernização das forças armadas em aspectos técnicos e de equipamentos, a abolição dos castigos como surras de espada sem corte e marchas solitárias, aumento do soldo e maior facilidade de subir na hierarquia militar. Evidentemente, para a elaboração de proposta de “exército popular”, os principais parâmetros para a ANL e o PCB eram as experiências do povo em armas na Revolução Francesa e o Exército Vermelho da União

Soviética. De todo modo, tratava-se de um projeto de democratização do Exército sem paralelo na história brasileira.

A maior parte das reivindicações que constituíam o programa nacional libertador, com forte presença do PCB em sua elaboração, não comparecem nos programas de outros partidos e organizações políticas da época ou tampouco nas ações dos governos de Getúlio Vargas, seja em seu período constitucional ou durante o Estado Novo. A reforma agrária, a proposta de um exército popular, o incentivo a participação feminina na política, a entrega de terras aos indígenas e o combate ao racismo são exemplos nesse sentido. Existiam no Brasil organizações específicas de defesa de interesses das mulheres e da população negra, como a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e a Frente Negra Brasileira, mas foi papel dos comunistas e aliancistas inserir essas reivindicações em um programa mais amplo, voltado para um projeto político de povo/nação.

Detentora de tal programa, a ANL configurava-se para o PCB como a realização da política de frente popular no Brasil. Segundo o dirigente comunista Fernando de Lacerda, a ANL era “uma coalisão de diversas classes representadas pelas suas respectivas organizações reunidas numa frente única contra o imperialismo, os latifúndios e o fascismo” (Vianna, 1995, p. 62), contando com o movimento operário como seu núcleo mais forte e força motriz. Ela seria análoga ao Kuomintang chinês de 1925, mas diferia-se porque “no Kuomintang uma das principais forças era constituída pela burguesia nacional e, pelo contrário, a Aliança Nacional Libertadora pertencia ao movimento operário” (Vianna, 1995, p. 62). O PCB via na classe operária a principal força para uma coalizão com os demais grupos subalternos (soldados, mulheres, negros, indígenas, etc), configurando uma frente ampla das classes subalternas contra o fascismo e o imperialismo para realizar a revolução democrático-burguesa de conteúdo nacional libertador. Possivelmente, o documento que melhor expressa esse objetivo seja o *Manifesto de 5 de Julho*, de Luiz Carlos Prestes no trecho em que declara

Com a Aliança estarão as mulheres do Brasil, trabalhadoras manuais e intelectuais, donas de casa, mães de família, irmãs, noivas e filhas de trabalhadores, elas formarão na Aliança porque, apesar de todas as mentiras e calúnias da imprensa venal elas compreendem e sentem que só com a Aliança poderão defender o pão para seus filhos e acabar com a brutal exploração em que vivem. As mulheres religiosas, como todas as pessoas religiosas, católicas, protestantes, espíritas ou positivistas, desejam, acima de tudo, a liberdade para seus cultos e essa liberdade é defendida pela Aliança. Com a Aliança estarão mesmo os padres brasileiros, os mais pobres e que, entrando para a Igreja não se venderam ao imperialismo nem

esqueceram seus deveres frente ao povo. [...] Com a Aliança estarão os artesãos, os pequenos comerciantes, os pequenos industriais que, comprimidos entre os impostos e monopólios imperialistas, de um lado, e a miséria cada vez maior da massa popular de outro, ganham cada dia menos e, à medida que se pauperizam, vão passando a simples intermediários mal remunerados da exploração do povo pelo imperialismo e pelos impostos indiretos. Com a Aliança estarão todos os homens de cor do Brasil, os herdeiros das tradições gloriosas dos Palmares, porque só a ampla democracia de um governo realmente popular será capaz de acabar para sempre com todos os privilégios de raça, de cor ou de nacionalidade e de dar aos pretos, no Brasil, a imensa perspectiva de liberdade e igualdade, livres de quaisquer preconceitos reacionários, pela qual lutam com denodo há mais de três séculos (Vianna, 1995, p. 327-328).

Essa frente das classes subalternas era a ferramenta adequada para a “tomada do poder” por meio da insurreição popular, criando o Governo Popular Nacional Revolucionário, que teria como tarefa realizar o programa da ANL exposto acima, sendo um governo de coalisão da frente popular, que por sua vez, logo deveria ser superado pela construção em seu interior de um Governo Operário e Camponês, este sim uma Ditadura Democrática do Operariado e Campesinato.

Em síntese, o projeto político de povo/nação revolucionária que o PCB oferecia ao Brasil era, nos idos dos anos 1930, a de uma modernização emancipatória, rumando para o socialismo. Tratava-se da ampliação do regime democrático para uma democracia popular, reconhecendo o direito de livre organização sindical e política das classes subalternas, ao mesmo tempo que criava um Estado desenvolvimentista, condutor de uma industrialização e modernização centralmente planejada que, por sua vez, deveria ser fiadora da qualidade de vida da população, incluindo legislação social e trabalhista e desenvolvimento e acesso universal da população à educação e saúde. Sobretudo, era um projeto que visava a ruptura completa com o desenvolvimento capitalista no Brasil ao modo da “revolução passiva” e de economia dependente, subjugada aos países imperialistas para realizar uma reversão democrática da revolução burguesa, fundamentada numa democracia nacional-popular de valorização social e autonomia da classe trabalhadora, que deveria ser o sujeito social dirigente deste processo.

A derrota da revolução nacional libertadora, a política de União Nacional do PCB e a consolidação da revolução passiva no Brasil

Com a caída da ANL na ilegalidade em 11 de julho de 1935, a derrota da insurreição nacional libertadora em novembro do mesmo ano, a prisão de quase todo o Comitê Central

do Partido, incluindo o Secretário Geral, Miranda [pseudônimo de Antônio Maciel Bonfim], e o casal Luiz Carlos Prestes e Olga Benário, o PCB passou a, paulatinamente, recuar de suas posições sobre a estratégia e tática da revolução brasileira. O texto que marca essa viragem é *A Marcha da Revolução Nacional Libertadora e suas Forças Motrizes*, assinado pelo Secretariado Nacional do PCB e datado de dezembro de 1936, ocasião em que são retiradas a palavra de ordem “Todo Poder à ANL” e “Governo Popular Nacional Revolucionário com Prestes à frente” e estabelece a prioridade dos comunistas como intensificar os esforços para reorganizar as forças democráticas dentro da luta para a mobilização das forças antigetulistas e em torno de um programa de anistia ampla para os presos políticos e reestabelecimento dos direitos constitucionais de 1934.

A novidade de grandes consequências, contudo, foi a mudança que o texto inseriu na definição das forças motrizes da revolução brasileira. Pela primeira vez em sua história, e em meio a uma autocrítica das concepções que defendera até então, o PCB afirma a burguesia nacional como força motriz revolucionária

O que não vimos com clareza até hoje é que a burguesia nacional também é oprimida pelo imperialismo que a impede de se desenvolver e ampliar suas indústrias, de libertar seu comércio e de pôr em exploração as grandes riquezas naturais existentes no país [...]. O fato de que a burguesia nacional em sua maioria é anticomunista não impede absolutamente que ela seja revolucionária contra o imperialismo. Sabemos perfeitamente que a burguesia nacional não será consequente, como não tem sido, nessa luta. Mas nosso maior erro tem sido não reconhecer a existência de uma burguesia nacional e negar que ela seja revolucionária na etapa atual (SN-PCB, 1936, p. 3).

Quanto ao papel do proletariado na revolução brasileira, aquele que até o momento era considerado a força motriz revolucionária, declara o PCB que por seu diminuto contingente numérico, pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, ele estaria ainda em processo de formação como classe consciente de sua missão histórica e teria que, primeiro, amadurecer em termos objetivos (aumentar numericamente e em importância econômica com a expansão da indústria brasileira) e subjetivamente (ao reforçar sua ideologia na luta anti-imperialista em união com a burguesia nacional), de tal sorte que seria

“perfeitamente absurdo falar-se em ditadura do proletariado ou em construção do socialismo em um país atrasado como o nosso” (SN-PCB, 1936, p. 4)¹¹.

Nos próximos anos o recuo estratégico do PCB se aprofundou substancialmente, de maneira que ocorreu mesmo a retirada das palavras de ordem pela reforma agrária e pelo cancelamento das dívidas estrangeiras de seu programa, com o intuito de atrair a burguesia industrial e até mesmo a vulgarmente chamada “oligarquia agrária” para a frente democrática e anti-imperialista, em defesa de uma “democratização da república” e do reestabelecimento dos direitos obtidos com a Constituição de 1934. O fascismo é indicado como o inimigo principal dos comunistas e é exigido que a Ação Integralista Brasileira (AIB) seja colocada na ilegalidade. A luta contra o imperialismo reduziu-se a oposição ao “fascismo estrangeiro”, principalmente Alemanha, Itália e Japão, e a palavra de ordem pela industrialização do Brasil, com ênfase na indústria para fabricação de máquinas e exploração do petróleo, ferro, carbono e gás (Rocha, 1937).

O golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, que instaurou o Estado Novo, levou o PCB a denunciar o início da ditadura fascista no Brasil, cujo objetivo seria alinhar o Brasil com os países do Eixo e fazer do país uma espécie de fonte de matérias primas e soldados para a Alemanha nazista, ao mesmo tempo que impediria o avanço do movimento democrático brasileiro (BP-PCB, 1937). Todavia, com a proibição de todos os partidos pelo Estado Novo, em 02 de dezembro de 1937, o PCB atenuou a sua crítica, pois viu nessa medida uma de suas principais pautas de então realizada: a ilegalidade do integralismo. Assim, o entendimento era que havia uma cisão interna no governo de Getúlio Vargas entre uma ala pró fascismo e uma ala democrática, de maneira que esta última deveria ser apoiada e fortalecida pelos comunistas.

A partir de então o PCB dá início à tática de União Nacional, inaugurada com o documento *União Nacional pela Democracia e Pela Paz*, em que o Partido declara apoiar “sem reservas” as atitudes do Estado Novo no que compete ao combate ao integralismo e ao fascismo em geral e defende que o Brasil e os demais países da América Latina deveriam formar uma aliança com os países democráticos contra o fascismo (BP-PCB, 1938). Esta perspectiva é fortalecida após a tentativa fracassada de golpe de Estado por parte dos

¹¹ A viragem da política do PCB para a direita gerou uma crise significativa nas fileiras do Partido que desembocou em uma cisão em que praticamente todo o Comitê Regional de São Paulo do PCB foi perdido. A história desta cisão é contada em detalhes no livro *A Luta Subterrânea*, de Dainis Karepovs (Karepovs, 2003).

integralistas na madrugada de 11 de maio de 1938 e o Partido, declarando-se vanguarda no combate ao fascismo, defende uma campanha para que o Estado Novo fizesse uma “depuração” de fascistas dentro dele mesmo, perseguisse e reprimisse todas as organizações fascistas no Brasil e se afastasse definitivamente dos países do Eixo.

Conforme se aproximava a perspectiva de desencadeamento da Segunda Guerra Mundial e que esta fosse uma guerra do fascismo contra a União Soviética, o PCB aprofundou a política de União Nacional. Declarou que o povo brasileiro ainda não estava aberto para uma revolução, descartando momentaneamente até mesmo a ideia de uma revolução nacional libertadora. O governo do Estado Novo não deveria ser atacado, mas apenas sua ala pró fascismo e a luta pela derrubada do governo só aconteceria se ele tomasse posição definitiva em favor dos países do Eixo.

Essa viragem completa na política dos comunistas deve ser explicada pela conjuntura nacional e internacional existente na segunda metade dos anos 1930. Nacionalmente, o PCB via-se pressionado pelo grande refluxo no movimento operário e popular após a repressão da revolta de 1935, seguida de intensa perseguição e desmantelamento dos partidos de esquerda e sindicatos. No contexto internacional, tratava-se da perspectiva iminente do início da Segunda Guerra Mundial e expansão do fascismo, tendo na Guerra Civil Espanhola (e a derrota dos republicanos e revolucionários para o exército de Francisco Franco), na anexação italiana da Etiópia, a Guerra da Manchúria e anexação alemã da Áustria, seus prenúncios. O rearmamento intensivo da Alemanha, ocorrido principalmente depois de 1934, foi aplaudido pela Inglaterra e por outros países democráticos, principalmente por correntes expressivas da política destes países – como conservadores e liberais – que acreditavam que o nazismo seria uma barreira de contenção contra o comunismo (leia-se, a URSS) e que os canhões alemães se voltariam contra os soviéticos, da mesma maneira que os japoneses ameaçavam a URSS no Extremo Oriente. Em outras palavras, a Europa Ocidental via no nazifascismo a oportunidade de um cerco contra a URSS sem precisar dispender esforço próprio (Salinas, 1996). A União Soviética estava convencida de que essa seria uma guerra anticomunista, em que Hitler invadiria a Rússia, com a conivência passiva da Inglaterra e da França (assim como se mantiveram passivos perante a luta contra o fascismo na Espanha). Assim, para os comunistas de todo o mundo, seria uma questão de vida ou morte para a defesa do socialismo garantir o menor apoio possível para a Alemanha e seus aliados e conquistar os demais países para a luta contra as nações fascistas.

De tal sorte, ao fim dos anos 1930, o PCB renunciou, ao menos momentaneamente, à estratégia da revolução brasileira para dar lugar a uma tática de sobrevivência, tendo em vista o perigo do fascismo no estrangeiro e da fascistização do Estado brasileiro. Já não se tratava de derrubar o regime político existente no Brasil, pois um país atingido por grande convulsão social não estaria apto para uma guerra internacional de largas proporções. A tarefa era cindir o governo brasileiro e fortalecer seus elementos democráticos, obrigando-os, por meio da pressão popular, a tomar parte contra os países fascistas. Após o término da Segunda Guerra Mundial, esta política, chamada de União Nacional perdurou até 1948, ainda que matizada em muitos de seus aspectos, principalmente no fato de que a classe operária teria voltado a comparecer como força motriz da revolução brasileira (Del Roio, 2012, p. 24).

A derrota histórica sofrida pelas classes subalternas no Brasil com o fracasso da revolução de 1935 e o desmantelamento que se seguiu no movimento operário solidificou o caminho para a realização da revolução burguesa ao modo da revolução passiva, isto é, da revolução restauração. Como é característico desse tipo de modernização capitalista, a luta organizada da classe trabalhadora nos anos anteriores foi suficiente para obrigar a burguesia a incorporar em sua política de Estado algumas das suas demandas históricas, que constavam no programa do PCB, da ANL e do movimento operário em geral, como os direitos trabalhistas e sociais e uma política nacionalista e desenvolvimentista (Del Roio, 2018, p. 248).

Nesse sentido, o Estado Novo levou a cabo uma política de industrialização como forma de contrabalancear o modelo primário-exportador de economia, anunciou moratória unilateral do serviço da dívida externa até 1939 e criou uma série de medidas para regulamentar a ação dos bancos estrangeiros e o controle do câmbio, limitou também a remessa de lucros das empresas estrangeiras – todas medidas que dialogavam com o programa que foi apresentado anos antes pelo PCB e pela ANL. Porém, outras questões que constavam no projeto de povo/nação dos comunistas não foram nem de perto absorvidas pelo Estado Novo e esperam até hoje por resolução, como por exemplo, a reforma agrária, incluindo a devolução das terras expropriadas pelos latifundiários aos povos indígenas. Em larga medida, mesmo as medidas nacionalistas e de proteção social instauradas pelo varguismo ou mesmo pela Constituição de 1988 estão em constante desmantelamento pela

ofensiva neoliberal a partir da década de 1990 e com maior intensidade desde o ano de 2016¹².

Considerações finais

Os primeiros oito anos de vida do PCB inauguraram a tentativa dos comunistas em, pensando a realidade brasileira, construir um caminho para a revolução socialista e um projeto político de povo/nação. Com baixa formação teórica no marxismo e difícil acesso aos livros de Marx, Engels e Lênin, essas primeiras tentativas, apesar de originais, foram marcadas por grande confusão conceitual e terminológica. O PCB, por meio das teorias de Octávio Brandão, confundia o caráter da revolução com suas forças motrizes e tendo em mente as revoltas tenentistas, atribuía a pequena-burguesia o papel de força motriz da revolução brasileira, que seria uma revolução “pequeno-burguesa” e, apenas depois, proletária. Não apenas os termos eram estranhos ao arco conceitual do marxismo-leninismo que o Partido defendia, como a relação do tenentismo com a pequena-burguesia era muito mais difusa e contraditória do que o PCB avaliava.

Ao mesmo passo, também a análise da classe dominante brasileira como dividida por uma luta entre agrários e industriais, cada um apoiado por um país imperialista, era muito esquemática e impedia o Partido de compreender com profundidade os interesses de classe da burguesia brasileira, sua relação imbricada com os latifundiários e sua associação com as potências econômicas estrangeiras. É verdade que o PCB conseguiu avançar nesse sentido, principalmente com as críticas de Astrojildo Pereira, que influíram no III Congresso e melhor notaram as peculiaridades da burguesia brasileira e definiram o proletariado como força motriz da revolução brasileira, preservando a pequena-burguesia revolucionária, isto é, a esquerda tenentista, seus principais aliados. Mas outras debilidades persistiram, como o reducionismo do tenentismo como representante da pequena-burguesia e uma quase

¹² O avanço do neoliberalismo no Brasil começou com o governo de Fernando Collor de Mello e se intensificou com o governo de Fernando Henrique Cardoso. As políticas neoliberais implementadas incluíram a privatização de empresas estatais, a abertura econômica, a desregulamentação dos mercados e a redução do papel do Estado na economia. A partir de 2016, com o golpe de Estado que derrubou a presidente Dilma Rousseff, houve uma nova ofensiva neoliberal. O governo de Michel Temer implementou uma série de reformas, como a Emenda Constitucional 95, que estabeleceu um teto de gastos públicos, e a reforma trabalhista, que flexibilizou as leis trabalhistas. Essas medidas foram aprofundadas no governo de Jair Bolsonaro, com a reforma da previdência e outras políticas que visavam reduzir a intervenção do Estado na economia e aumentar a participação do setor privado (Cf. Miranda; Paiva, 2021).

completa ausência de formulação sobre os trabalhadores rurais brasileiros e seu papel como sujeitos políticos sociais no processo da revolução socialista no Brasil.

Com a viragem da política da Internacional Comunista em seu X Pleno do Comitê Executivo, toda a política dos comunistas brasileiros é jogada por terra e desautorizada, criando uma descontinuidade na produção e no amadurecimento teórico do PCB. Este momento, ocorrido exatamente em 1930, convergiu com a desagregação e recomposição do bloco da classe dominante brasileira, que com o golpe de Estado da Aliança Liberal, passou a levar a cabo uma política de industrialização e corporativização da classe operária brasileira por meio da nova legislação trabalhista e estatização dos sindicatos. Justamente neste momento decisivo da conjuntura brasileira, formou-se uma visão genérica da formação social e das classes sociais no Brasil, encontrando no campesinato o principal aliado da classe operária em sua revolução, sem antes aprofundar o trabalho teórico sobre esta classe ou executar uma inserção prática dos comunistas entre os trabalhadores rurais.

De todo modo, este período solidifica a estratégia e tática dos comunistas para a revolução brasileira, bem como projeto político de povo/nação que deveria se realizar por meio de um programa nacional libertador. A revolução brasileira seria de caráter democrático-burguês e de conteúdo nacional libertador por ser o Brasil, assim como os demais países da América Latina, um país semicolonial, dominado economicamente pelos países imperialistas, principalmente Inglaterra e Estados Unidos. A força motriz da revolução brasileira seria o proletariado aliado com o campesinato que, por meio de uma insurreição armada, deveriam instaurar um governo operário e camponês, ou melhor dizendo, uma ditadura democrática do operariado e do campesinato. Tal elaboração de teoria da revolução brasileira deu-se com a fusão da cultura política do stalinismo terceiro internacionalista com o positivismo da esquerda tenentista que se aproximava e, parcialmente, aderiu às fileiras do PCB, originando uma cultura política que marcaria a esquerda brasileira por todo o século XX.

Esta formulação encontrou seu apogeu com a fundação e atuação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) no ano de 1935, uma frente popular que defendeu o programa nacional libertador para as classes subalternas no Brasil, principalmente para o operariado e a pequena-burguesia urbana, fazendo grande esforço para incluir os trabalhadores rurais, soldando a aliança operária e camponesa. Por meio da frente popular, o PCB almejava a construção de um Estado modernizador, desenvolvimentista, capaz de combater a miséria e avançar na política cultural, construindo uma alternativa nacional popular, cujo núcleo

fundamental seria a classe operária, realizando uma reversão democrática da revolução burguesa no Brasil. Tal política deveria ser conquistada por uma insurreição popular que teria na ANL seu principal instrumento e fundaria um Governo Popular Nacional Revolucionário, tendo Luiz Carlos Prestes como líder.

A derrota da ANL em novembro de 1935 e a repressão ao movimento popular por meio do governo de Getúlio Vargas mostrou a insuficiência do PCB em avançar com a política de frente popular, criar uma intelectualidade orgânica das classes subalternas que fosse capaz de aprofundar a práxis da revolução brasileira e materializar uma hegemonia que se expressasse na vitória revolucionária. Ao invés disso, o avanço das forças reacionárias no Brasil e no mundo levaram o PCB a reduzir sua noção política de revolução burguesa à mera industrialização e antifascismo. O PCB passou a identificar na burguesia nacional a força motriz essencial da revolução brasileira, em torno das quais todas as outras classes deveriam se juntar para conquistar, por meios pacíficos, uma República Democrática, aliada aos países democráticos e disposta a lutar contra o fascismo na Segunda Guerra Mundial.

Assim, o fracasso do proletariado brasileiro em levar a cabo uma revolução democrático-burguesa levou o Brasil ao caminho da revolução passiva, que é também uma revolução-restauração. A classe dominante se reorganizou por meio de um Estado desenvolvimentista que mesclava liberalismo e corporativismo, incorporando a industrialização ao mesmo tempo que preservou os interesses agrários. O liberalismo vigorava no campo, garantindo a intocabilidade da propriedade privada, mas também como invólucro de relações sociais de dependência pessoal que garantiam a sobrevivência do latifúndio e a opressão dos trabalhadores rurais. A burguesia, por sua vez, inseria-se no corporativismo urbano administrado pelo Estado, resguardando o direito de organizar-se autonomamente. Quanto as classes subalternas, foram inseridas no processo da revolução passiva por meio de uma dialética de reconhecimento e incorporação de suas demandas por meio de uma legislação trabalhista e social, da justiça do trabalho e dos sindicatos oficiais, ao mesmo passo que tinham suas organizações autônomas e partidos políticos próprios duramente reprimidos e perseguidos pela polícia política.

Referências

I CONFERÊNCIA Nacional do PCB: Manifesto à massa camponesa, aos soldados e marinheiros, às nacionalidades e minorias nacionais escravizadas, à todo o povo oprimido e explorado do Brasil. IN CARONE, Edgard. *O PCB (1922 – 1943)*. São Paulo: Difel, 1982.

II CONGRESSO do PCB: Teses e Resoluções. Rio de Janeiro, 1925. (Fundo Astrojildo Pereira – CEDEM)

III CONGRESSO do PCB: Teses e Resoluções. Rio de Janeiro, 1928-1929. (Fundo Astrojildo Pereira – CEDEM)

VI CONGRESSO da Internacional Comunista. México: Ediciones Pasado y presente, 1977. ARRUDA, Pedro Fassoni. *Capitalismo Dependente e Relações de Poder no Brasil (1889 – 1930)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. 1

BP do PCB. *Circular Nº 1 sobre o Golpe Fascista*. Rio de Janeiro, 1937. (Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth)

_____. *União Nacional pela Democracia e pela Paz*. Rio de Janeiro, 28/03/1938. P. 2. (Acervo Internacional Comunista – AEL)

BRANDÃO, Octávio. O Proletariado perante a Revolução Democrática Pequeno-burguesa. *Autocrítica*, nº 6. Rio de Janeiro, 1928.

_____. *Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

CARONE, Edgard. *Classes Sociais e Movimento Operário*. São Paulo: Editora Ática, 1989. _____. *Brasil: Anos de Crise (1930 – 1945)*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. A Teoria da Revolução Brasileira: Tentativa de Particularização de uma Revolução Burguesa em Processo. In DEL ROIO, Marcos; MORAES, João Quartim de (Org.). *História do Marxismo no Brasil vol. 4*. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

_____. *O PCB e a Estratégia da Revolução Brasileira*. *Novos Temas*, n. 7, p. 217-235, 2012.

_____. *Gramsci e a Emancipação do Subalterno*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

DIMITROV, Georg. *A Luta pela Unidade da Classe Operária contra o Fascismo*. 1935 Disponível A luta pela unidade da classe operária contra o fascismo (marxists.org). Acesso em: 16/07/2024.

DULLES, John Foster. *Comunistas e Anarquistas no Brasil (1900 – 1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere vol 5*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HAJEK, Milos. *La Tática de la Lucha de “Clase contra Clase” em el VI Congreso*. In, *VI CONGRESO de la Internacional Comunista*. México: Ediciones Pasado y presente, 1977.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KAREPOVS, Dainis. *A Luta Subterrânea: O PCB em 1937 – 1938*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

KONDER, L. *A Derrota da Dialética*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

LÊNIN, Vladimir Ilich. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MIRANDA, Gabriel; PAIVA, Ilana. O Brasil diante da ofensiva neoliberal: notas de uma tragédia anunciada. *Revista Abya Yala*. Brasília, v. 5, n. 2. p. 196 – 218, jul./dez. 2021.

MORAES, Francisco Quartim. *1932: A história invertida*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Comunistas Brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

PEREIRA, Astrojildo. Situación Económica. *La Correspondencia Sudamericana*, nº 1. Buenos Aires, 1928a.

_____. La Situación Política. *Correspondencia Sudamericana*, nº 3. Buenos Aires, 1928b.

ROCHA, Lauro Reginaldo da [Bangu]. *Informe ao Bureau Político da Internacional Comunista. Sem Local, 1937*. (Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth)

SALINAS, Samuel Sérgio. *Antes da Tormenta: Origens da Segunda Guerra Mundial (1918 – 1939)*. Campinas: Editora Unicamp, 1996.

SECCO, Lincoln. *A Batalha dos Livros: Formação da Esquerda no Brasil*. Cotia: Ateliê Editorial, 2017.

SN do PCB. *A Marcha da Revolução Nacional Libertadora e suas Forças Motrizes*. Salvador, 1936. (Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth).

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Contribuição à história do PCB*. São Paulo: Global, 1984.

VIANNA, Marly (Org.). *Pão, Terra e Liberdade: Memória do Movimento Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; UFSC, 1995.

WILLARD, Marcel. *O Incêndio do Reichstag*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

ZAINDAN, Michel. *PCB (1922 – 1929): Na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.